

Sumário

Parte I INTRODUÇÃO

Capítulo I ► DIREITO PENAL.....	33
1. Conceito de Direito Penal.....	33
1.1. Conceito formal.....	33
1.2. Conceito social.....	33
2. Denominações específicas do Direito Penal.....	33
2.1. Direito Penal objetivo e Direito Penal subjetivo.....	33
2.2. Direito Penal de culpabilidade e Direito Penal de periculosidade.....	34
2.3. Direito Penal do fato, Direito Penal do autor e Direito Penal do fato que considera o autor.....	34
2.4. Direito Penal primário (clássico) e Direito Penal secundário (extravagante ou penal administrativo).....	35
2.5. Direito Penal de duas velocidades (Direito Penal nuclear e Direito Penal periférico).....	35
2.6. Direito Penal de terceira velocidade.....	35
2.7. Direito Penal do inimigo.....	36
2.8. Direito Penal de quarta velocidade ou neopunitivismo.....	38
2.9. Direito Penal de emergência, Direito Penal simbólico e Direito Penal promocional.....	38
2.10. Direito Penal subterrâneo e Direito Penal paralelo.....	39
2.11. Direito Penal Internacional.....	40
3. Funções do Direito Penal.....	40
3.1. Função de proteção de bens jurídicos.....	40
3.2. Função de garantia de vigência da norma.....	40
3.3. Outras funções.....	41
4. Bem jurídico-penal e Constituição.....	41
4.1. Conceito e evolução do conceito de bem jurídico.....	41
4.2. Bem jurídico-penal constitucional.....	42
5. Garantismo penal.....	43
6. Ciências criminais (noção conjunta do Direito Penal).....	46
6.1. Criminologia.....	46
6.2. Política criminal.....	47
6.3. Dogmática penal.....	47
7. Modelos de política criminal.....	47
7.1. Abolicionismo penal (política criminal verde).....	47
7.2. Abolicionismo moderado ou minimalismo penal.....	47
7.3. Direito Penal máximo (eficientismo penal).....	48

Capítulo II ▶ PRINCÍPIOS PENAIS E POLÍTICO-CRIMINAIS.....	49
1. Princípio da legalidade penal	49
1.1. Previsão.....	49
1.2. Origem	49
1.3. Denominação e alcance	50
1.4. Funções.....	51
2. Princípio da fragmentariedade	55
3. Princípio da subsidiariedade	56
4. Princípio da ofensividade (<i>nullum crimen sine iniuria</i>)	58
5. Princípio da insignificância	62
5.1. Noção.....	62
5.2. Requisitos.....	65
5.2.1. Teoria da reiteração não cumulativa de condutas de gêneros distintos	66
5.3 Princípio da insignificância no STF e no STJ.....	68
6. Princípio da culpabilidade.....	79
7. Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	81
8. Princípio da materialização do fato (<i>nullum crimen sine actio</i>).....	81
9. Princípio da pessoalidade ou da intranscendência da pena.....	81
10. Princípio da humanidade	82
11. Princípio da adequação social	83
12. Princípio da proporcionalidade (proibição do excesso).....	84
13. Princípio da proporcionalidade (proibição da proteção deficiente).....	86
Capítulo III ▶ DIREITO PENAL NA SOCIEDADE DO RISCO	93
1. Introdução.....	93
2. Expansão do Direito Penal	94
2.1. Espiritualização do bem jurídico	94
2.2. Aumento dos crimes de perigo abstrato	95
2.3. Delitos de acumulação e delitos de transgressão e a administrativização do Direito Penal	95
3. Novas formas de tutela dos bens jurídicos supraindividuais.....	96
3.1. Direito de intervenção	97
3.2. Direito Penal de velocidades.....	97

Parte II

LEI PENAL E SUA APLICAÇÃO

Capítulo I ▶ FONTES DO DIREITO PENAL	101
1. Fontes materiais (substanciais ou de produção)	101
2. Fontes formais	101
2.1. Fonte formal imediata	101
2.2. Fontes formais mediatas	101
3. Constituição como limite e fundamento do Direito Penal.....	102

4. Tratados internacionais de direitos humanos	102
4.1. <i>Status</i> normativo	102
4.2. Tratados como limite e fundamento do Direito Penal	103
4.3. Controle de convencionalidade das leis	104
4.3.1. Controle difuso de convencionalidade	104
4.3.2. Controle concentrado de convencionalidade	104
Capítulo II ► LEI PENAL	105
1. Introdução	105
2. Norma primária e norma secundária	105
3. Classificação da lei penal	105
3.1. Leis penais incriminadoras e não incriminadoras	105
3.2. Lei penal em branco (norma cega)	106
3.2.1. Conceito	106
3.2.2. Lei penal em branco em sentido amplo (lato), imprópria ou homogênea	107
3.2.2.1. Lei penal em branco homovitelínea e heterovitelínea	107
3.2.3. Lei penal em branco em sentido estrito, própria ou heterogênea	108
3.2.4. Leis penais em branco de complementação estática e de complementação dinâmica	109
3.2.5. Indicação da norma complementar violada	109
3.2.6. (In)constitucionalidade das leis penais em branco em sentido estrito	110
3.2.7. Lei penal em branco permissiva	110
3.2.8. Lei penal em branco inversa ou ao avesso	110
4. Características da lei penal	111
5. Lei penal e processo de criminalização	111
5.1. Merecimento de tutela penal	111
5.2. Necessidade e adequação da tutela penal	112
6. Lei penal e mandados constitucionais de criminalização	113
6.1. Mandados constitucionais de criminalização expressos	113
6.2. Mandados constitucionais de criminalização implícitos	114
7. Lei penal e Tratados Internacionais de Direitos Humanos	115
8. Lei penal: vigência e validade	115
9. Interpretação das leis penais	115
9.1. Classificação quanto à origem ou quanto ao sujeito	116
9.2. Classificação quanto aos meios	116
9.3. Classificação quanto ao resultado	117
9.4. Interpretação analógica (<i>intra legem</i>)	118
10. Analogia (argumento analógico ou aplicação analógica)	118
Capítulo III ► LEI PENAL NO TEMPO	121
1. Tempo do crime (<i>tempus commissi delicti</i>)	121
1.1. Introdução	121
1.2. Teorias	121

2. Vigência da lei penal	122
3. Conflito de leis penais no tempo	123
3.1. Introdução	123
3.2. Lei nova mais severa (<i>novatio legis in pejus – lex gravior</i>)	124
3.3. Lei nova mais benéfica (<i>novatio legis in mellius – lex mitior</i>)	128
3.4. <i>Abolitio criminis</i>	129
3.4.1. Descriminalização	129
3.4.2. <i>Abolitio criminis</i> temporária	130
3.4.3. Princípio da continuidade normativo-típica	131
3.5. Lei nova incriminadora	132
3.6. Combinação de leis penais (<i>lex tertia</i>)	134
3.7. Lei intermediária	135
4. Lei excepcional e lei temporária	135
4.1. Conceito legal	135
4.2. Divergência acerca da constitucionalidade	137
4.3. Conflito no tempo de lei penal temporária ou excepcional com lei da mesma natureza	137
4.4. Lei penal em branco e alteração da norma que complementa o tipo	137
5. Conflito aparente de leis penais	138
5.1. Princípio da especialidade	139
5.2. Princípio da subsidiariedade	140
5.3. Princípio da consunção	141
5.4. Princípio da alternatividade	147
Capítulo IV ► LEI PENAL NO ESPAÇO	149
1. Territorialidade	149
1.1. Princípio da territorialidade relativa ou mitigada	149
1.2. Conceito de território nacional	149
1.3. Questões pontuais	150
2. Lugar do crime (<i>locus commissi delicti</i>)	151
3. Extraterritorialidade	153
3.1. Extraterritorialidade incondicionada	153
3.2. Extraterritorialidade condicionada	154
3.3. Princípios norteadores da extraterritorialidade	156
3.4. Extraterritorialidade prevista na Lei nº 9.455/97 (Lei de Tortura)	159
4. Pena cumprida no estrangeiro	159
5. Lei penal em relação às pessoas	160
5.1. Imunidades Diplomáticas	160
5.2. Imunidades Parlamentares	161
5.3. Presidente da República	165
5.4. Outras inviolabilidades	166

Capítulo V ► DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A APLICAÇÃO DA LEI PENAL	169
1. Eficácia da sentença estrangeira	169
2. Contagem de prazo	170
3. Frações não computáveis de pena	170
4. Aplicação das normas gerais do Código Penal	170

Parte III

TEORIA GERAL DO CRIME

Capítulo I ► INTRODUÇÃO.....	173
1. Conceito de crime.....	173
2. Classificação doutrinária dos crimes	174
2.1. Crime simples, crime qualificado e crime privilegiado.....	174
2.2. Crime comum, crime próprio e crime de mão própria	175
2.3. Crime militar.....	175
2.4. Crime instantâneo, crime permanente e crime instantâneo de efeitos permanentes	175
2.5. Crime habitual.....	176
2.6. Crime comissivo, crime omissivo e crime de conduta mista.....	176
2.7. Crime monossubjetivo e crime plurissubjetivo	177
2.8. Crime unissubsistente e crime plurissubsistente	177
2.9. Crime consumado, crime tentado e crime exaurido	178
2.10. Crime de ação única e crime de ação múltipla	178
2.11. Crime material, crime formal e crime de mera conduta	178
2.12. Crime de dano e crime de perigo	179
2.13. Crime complexo.....	180
2.14. Crime mono-ofensivo e crime pluriofensivo	181
2.15. Crime vago	181
2.16. Crime funcional	181
2.17. Crime transeunte e crime não transeunte	181
2.18. Crime condicionado	182
2.19. Crime de atentado ou de empreendimento.....	182
2.20. Crime acessório, parasitário, derivado ou de fusão.....	182
2.21. Crime subsidiário	182
2.22. Crime de ímpeto	183
2.23. Crime de opinião ou de palavra	183
2.24. Crime remetido	183
2.25. Crime de hermenêutica ou de interpretação	183
2.26. Crimes de tendência interna transcendente (delitos de intenção)	183
2.27. Crimes de resultado cortado ou antecipado	183
2.28. Crimes mutilados de dois atos.....	184
2.29. Crimes de tendência intensificada (ou somente delitos de tendência)	184
2.30. Crimes de acumulação (crimes cumulativos).....	184

2.31. Crimes de transgressão	184
2.32. Crime a distância ou de espaço máximo	185
2.33. Crime plurilocal	185
2.34. Crime em trânsito (ou em circulação).....	185
2.35. Crime de trânsito (ou de circulação)	185
2.36. Crime no trânsito	185
2.37. Crime de alucinação	185
2.38. Crime de ensaio, delito de laboratório, crime putativo por obra do agente provocador	185
2.39. Crime de concurso (de participação ou concursal) e crimes em concurso	186
2.40. Crimes aberrantes	186
2.41. Crimes infamantes	186
2.42. Crime político	186
2.43. Crimes naturais, crimes meramente plásticos e crimes vazios.....	186
2.44. Delitos de esquecimento ou de olvidamento (crimes de olvido)	188
2.45. Delitos de comportamento	188
2.46. Delitos de obstáculo (crimes-obstáculo)	188
2.47. Crimes de ódio (<i>hate crimes</i>)	188
2.48. Crime de ecocídio	188
2.49. Crime de catálogo	189
2.50. Crimes cibernéticos.....	189
2.51. Crimes de desinformação	189
3. Sujeitos ativo e passivo.....	190
4. Objeto do crime	190
Capítulo II ► CONDUTA.....	191
1. Introdução.....	191
2. Conceito de conduta	192
3. Teorias da conduta	192
3.1. Teoria causal-naturalista – Concepção clássica (positivista-naturalista de Von Liszt e Beling)	192
3.2. Teoria causal-valorativa ou neokantista – Concepção neoclássica (normativista)	194
3.3. Teoria finalista – Concepção finalista (ôntico-fenomenológica)	195
3.4. Teoria social da ação	197
3.5. Orientações funcionalistas (teleológico-funcional e racional)	198
3.6. Teoria Significativa da ação	200
4. Características e elementos da conduta.....	201
5. Formas de conduta.....	202
6. Ausência de conduta	202
Capítulo III ► RESULTADO	205
1. Resultado naturalístico	205
2. Resultado normativo	206
3. Resultado previsto no art. 13, <i>caput</i> , do Código Penal.....	206

Capítulo IV ► NEXO DE CAUSALIDADE	207
1. Conceito e teorias	207
2. Teoria da equivalência dos antecedentes causais	208
3. Limites ao regresso <i>ad infinitum</i> ou complemento à teoria <i>conditio sine qua non</i>	209
3.1. Análise de dolo ou culpa	209
3.2. Imputação objetiva (breve noção)	210
3.3. Considerações finais acerca dos limites do nexu causal	211
4. Espécies de causas	211
4.1. Causas absolutamente independentes	211
4.1.1. Causa preexistente absolutamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>)	211
4.1.2. Causa concomitante absolutamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>)	212
4.1.3. Causa superveniente absolutamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>)	212
4.2. Causas relativamente independentes	212
4.2.1. Causa preexistente relativamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>)	212
4.2.2. Causa concomitante relativamente independente em relação à conduta do agente (CP, art. 13, <i>caput</i>)	214
4.2.3. Causa superveniente relativamente independente que não causa, por si só, o resultado	214
4.2.4. Causa superveniente relativamente independente que causa, por si só, o resultado (art. 13, § 1º)	215
5. Crimes omissivos impróprios (comissivos por omissão)	217
5.1. Noção	217
5.2. Dever de agir	218
5.3. Elementos do tipo objetivo dos crimes omissivos impróprios	222
5.4. Colocações específicas	222
5.5. Crime omissivo por comissão	224
Capítulo V ► TIPICIDADE	227
1. Tipicidade formal (legal)	227
1.1. Conceito	227
1.2. Principais fases da tipicidade	227
1.3. Tipo penal	228
1.3.1. Elementos do tipo penal incriminador	229
1.3.2. Funções do tipo	231
1.4. Formas de adequação típica	231
2. Tipicidade material	232
3. Tipicidade conglobante	235
3.1. Concepção original de tipicidade conglobante	235
3.2. Nova concepção de tipicidade penal	238
4. Teoria da imputação objetiva	239

4.1. Considerações iniciais.....	239
4.2. Postulados segundo Roxin	241
4.2.1. Criação do risco juridicamente relevante não permitido	241
4.2.1.1. Noção	241
4.2.1.2. Exclusão da imputação.....	242
4.2.2. Realização do risco	243
4.2.2.1. Noção	243
4.2.2.2. Exclusão da imputação.....	244
4.2.3. Alcance do tipo.....	245
4.2.3.1. Noção	245
4.2.3.2. Exclusão da imputação.....	245
Capítulo VI ► TIPO DOLOSO	247
1. Definição de dolo	247
2. Teorias sobre o dolo	247
2.1. Teoria da vontade.....	247
2.2. Teoria do assentimento ou consentimento	248
2.3. Teoria da indiferença.....	248
2.4. Teorias da representação.....	248
3. Elementos do dolo	249
4. Espécies de dolo	249
4.1. Dolo direto e dolo indireto.....	249
4.2. Dolo genérico e dolo específico	254
4.3. Dolo normativo e dolo natural	255
4.4. Dolo geral (<i>dolus generalis</i>).....	256
5. Elementos subjetivos especiais.....	257
5.1. Conceito.....	257
5.2. Delitos de tendência interna transcendente (delitos de intenção)	257
5.2.1. Crimes de resultado cortado ou antecipado	258
5.2.2. Crimes mutilados ou atrofiados de dois atos	259
5.3. Delitos de tendência intensificada (ou somente delitos de tendência)	259
Capítulo VII ► TIPO CULPOSO.....	261
1. Conceito	261
2. Elementos do tipo culposo.....	262
2.1. Conduta voluntária	262
2.2. Inobservância do dever objetivo de cuidado (desvalor da ação).....	262
2.3. Previsibilidade.....	264
2.4. Resultado naturalístico involuntário.....	265
2.5. Nexo causal	265
2.6. Tipicidade	265
3. Modalidades de culpa.....	265
3.1. Imprudência	265

3.2. Negligência	266
3.3. Imperícia	266
4. Espécies de culpa	266
4.1. Culpa inconsciente e culpa consciente	266
4.2. Culpa própria e culpa imprópria	266
5. Compensação de culpas	266
6. Concorrência de crimes culposos	267
7. Diferença entre dolo e culpa	267
Capítulo VIII ► CRIME PRETERDOLOSO.....	271
1. Conceito	271
2. Crime qualificado pelo resultado	272
3. Tentativa e crime preterdoloso	273
Capítulo IX I ► FASES DA REALIZAÇÃO DO DELITO	275
1. <i>Iter criminis</i>	275
2. Crime consumado	280
3. Tentativa	282
3.1. Conceito e natureza jurídica	282
3.2. Pena da tentativa	283
3.3. Classificação	285
3.3.1. Tentativa imperfeita e tentativa perfeita	285
3.3.2. Tentativa incruenta e tentativa cruenta	287
3.3.3. Tentativa fracassada	288
3.4. Infrações que não admitem a tentativa	288
4. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	291
4.1. Introdução	291
4.2. Desistência voluntária	291
4.3. Arrependimento eficaz	291
4.4. Natureza jurídica	295
4.5. Requisitos	295
4.6. Tentativa qualificada	297
5. Arrependimento posterior	299
5.1. Definição legal e natureza jurídica	299
5.2. Requisitos	299
5.3. Causa de diminuição de pena (<i>quantum</i>)	303
5.4. Outras hipóteses de reparação do dano	303
6. Crime impossível	305
6.1. Introdução e natureza jurídica	305
6.2. Teorias	306
6.3. Ineficácia absoluta do meio de execução	307
6.4. Absoluta impropriedade do objeto material	309
6.5. Flagrante preparado ou provocado	310
6.6. Agente policial disfarçado	312

Capítulo X ► ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE).....	315
1. Introdução.....	315
1.1. Conceito.....	315
1.2. Ilícitude formal e ilícitude material.....	316
1.3. Causas legais de exclusão da ilicitude.....	316
1.4. Causas supralegais de exclusão da ilicitude.....	317
2. Estado de necessidade.....	318
2.1. Conceito legal.....	318
2.2. Requisitos.....	319
2.2.1. Perigo atual.....	319
2.2.2. Ameaça a direito próprio ou alheio.....	319
2.2.3. Situação de perigo não causada voluntariamente pelo sujeito....	319
2.2.4. Inexistência de dever legal de enfrentar o perigo (§ 1º).....	319
2.2.5. Inevitabilidade da prática do fato lesivo (nem podia de outro modo evitar).....	320
2.2.6. Inexigibilidade de sacrifício do direito ameaçado (cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se).....	320
2.2.7. Elemento subjetivo do tipo permissivo.....	321
2.3. Formas de estado de necessidade.....	322
2.4. Teorias.....	323
2.4.1. Teoria diferenciadora.....	323
2.4.2. Teoria unitária (adotada pelo CP).....	323
3. Legítima defesa.....	324
3.1. Requisitos.....	324
3.1.1. Agressão.....	324
3.1.2. Agressão injusta.....	325
3.1.3. Agressão atual ou iminente.....	326
3.1.4. Defesa de direito próprio ou alheio.....	326
3.1.5. Repulsa com os “meios necessários”.....	328
3.1.6. Uso moderado.....	328
3.1.7. Elemento subjetivo do tipo permissivo.....	328
3.1.8. Erro de execução na legítima defesa.....	328
3.2. Excesso.....	329
3.2.1. Excesso voluntário (excesso doloso).....	329
3.2.2. Excesso involuntário.....	329
3.2.3. Excesso exculpante.....	330
3.2.4. Excesso extensivo.....	330
3.2.5. Excesso intensivo.....	331
3.3. Outras formas de legítima defesa.....	331
3.3.1. Legítima defesa sucessiva.....	331
3.3.2. Legítima defesa putativa.....	332
3.3.3. Legítima defesa subjetiva.....	332
3.4. Questões específicas.....	333
3.5. Legítima defesa no caso de agente de segurança pública.....	335

4. Estricto cumprimento de dever legal	337
5. Exercício regular de direito	338
6. Situações específicas	339
6.1. Intervenções médicas e cirúrgicas	339
6.2. Violência esportiva	340
6.3. Ofendículos	340
Capítulo XI ► CULPABILIDADE	343
1. Introdução	343
2. Evolução da culpabilidade (teorias)	344
2.1. Teoria psicológica	344
2.2. Teoria normativa ou psicológico-normativa	345
2.3. Teoria normativa pura	345
2.4. Modernas teorias da culpabilidade	347
3. Imputabilidade	347
3.1. Conceito	347
3.2. Excludentes da imputabilidade (inimputabilidade)	349
3.2.1. Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	349
3.2.2. Menoridade	350
3.2.3. Embriaguez completa acidental	350
3.3. Causas não excludentes da imputabilidade	351
3.3.1. Semi-imputabilidade	351
3.3.2. Emoção e paixão	353
3.3.3. Embriaguez não acidental (voluntária ou culposa)	353
3.3.4. Embriaguez acidental incompleta	355
4. Potencial consciência da ilicitude	357
4.1. Conceito	357
4.2. Excludente da potencial consciência da ilicitude	357
4.3. Não excludente da potencial consciência da ilicitude	358
5. Exigibilidade de conduta diversa	359
5.1. Conceito	359
5.2. Coação moral irresistível	359
5.2.1. Requisitos	359
5.2.2. Efeitos	360
5.3. Obediência hierárquica	362
5.3.1. Requisitos	362
5.3.2. Efeitos	362
5.4. Causas supralegais de inexigibilidade de conduta diversa	363
5.4.1. Introdução	363
5.4.2. Cláusula de consciência	364
5.4.3. Desobediência civil	364
5.4.4. Conflito de deveres	364

6. Culpabilidade	365
7. Vulnerabilidade (culpabilidade pela vulnerabilidade).....	367
7.1. Criminalização primária e secundária. Da cifra oculta da criminalidade....	367
7.2. Seletividade e vulnerabilidade.....	368
7.3. Culpabilidade pela vulnerabilidade	368
Capítulo XII ► ERRO DE TIPO	371
1. Erro de tipo essencial	371
1.1. Conceito.....	371
1.2. Formas e efeitos	374
1.2.1. Erro de tipo inevitável, invencível ou escusável.....	374
1.2.2. Erro de tipo evitável, vencível ou inescusável.....	374
2. Descriminantes putativas por erro de tipo	375
2.1. Introdução.....	375
2.2. Erro sobre a situação de fato de uma discriminante.....	375
2.3. Formas e efeitos	376
2.3.1. Erro inevitável, invencível ou escusável.....	376
2.3.2. Erro evitável, vencível ou inescusável.....	377
2.4. Natureza jurídica (discussão doutrinária) do erro sobre os pressupostos fáticos.....	377
3. Erro provocado por terceiro.....	380
4. Erro de tipo acidental	381
4.1. Erro sobre a pessoa – <i>error in persona</i>	381
4.2. Erro sobre o objeto – <i>error in objecto</i>	382
4.3. Erro acerca do nexa causal (desvio do nexa causal).....	383
4.4. Erro na execução – <i>aberratio ictus</i>	384
4.5. Resultado diverso do pretendido – <i>aberratio criminis</i> ou <i>delicti</i>	384
5. Erro de tipo e delito putativo	384
Capítulo XIII ► ERRO DE PROIBIÇÃO	387
1. Conceito	387
2. Formas e efeitos do erro de proibição	388
2.1. Erro de proibição inevitável, invencível ou escusável.....	388
2.2. Erro de proibição evitável, vencível ou inescusável	388
2.3. Erro de proibição grosseiro (crasso)	389
3. Erro de proibição direto	389
4. Erro de proibição indireto	390
5. Outras espécies de erro.....	392
5.1. Erro de compreensão	392
5.2. Erro culturalmente condicionado	393
5.3. Erro culturalmente condicionado e o índio	393
5.4. Erro de mandamento.....	394
5.5. Erro de subsunção	394

5.6. Erro de punibilidade.....	394
5.7. Erro de vigência	394
5.8. Erro de eficácia	394

Parte IV

CONCURSO DE PESSOAS

CAPÍTULO ÚNICO.....	397
1. Introdução.....	397
2. Requisitos do concurso de pessoas.....	398
2.1. Pluralidade de agentes e condutas.....	398
2.2. Relevância causal e jurídica de cada uma das condutas	399
2.3. Vínculo subjetivo entre os agentes	401
2.4. Identidade de infração penal.....	402
3. Teorias sobre o concurso de pessoas	402
3.1. Teoria monística, monista, unitária ou igualitária (<i>concursum plurimum ad idem delictum</i>)	402
3.2. Teoria pluralista (teoria da cumplicidade-delito distinto ou da autonomia da concorrência).....	403
3.3. Teoria dualística ou dualista.....	404
4. Autoria	405
4.1. Conceitos de autor.....	405
4.1.1. Conceito unitário de autor.....	405
4.1.2. Conceito extensivo de autor	405
4.1.3. Teoria subjetiva	405
4.1.4. Conceito restritivo de autor.....	406
4.1.4.1. Introdução	406
4.1.4.2. Teoria objetivo-formal.....	407
4.1.4.3. Teoria objetivo-material.....	407
4.1.5. Teoria do domínio do fato	407
4.1.5.1. Histórico.....	407
4.1.5.2. Autor	408
4.1.5.3. Teoria do domínio do fato na jurisprudência e doutrina brasileiras.....	411
4.2. Autoria imediata	414
4.3. Autoria mediata	414
4.3.1. Noção	414
4.3.2. Situações de autoria mediata	415
4.3.3. Situações peculiares.....	417
4.3.3.1. Crime próprio e autoria mediata	417
4.3.3.2. Crime de mão própria e autoria mediata.....	417
4.3.3.3. Crime culposo e autoria mediata	418
4.3.3.4. Coação física irresistível e autoria mediata	418

4.4. Autoria de escritório ou aparatos organizados de poder (teoria do domínio da organização).....	418
4.4.1. Noção.....	418
4.4.2. Fundamentos do domínio da organização.....	419
4.4.3. Modelos de aparatos de poder.....	420
4.5. Autoria de determinação.....	421
4.6. Autoria colateral.....	421
4.7. Autoria incerta ou autoria colateral incerta.....	422
4.8. Autoria ignorada.....	422
4.9. Autoria acessória (secundária) ou autoria colateral complementar.....	422
4.10. Autoria de reserva.....	423
4.11. Coautoria sucessiva.....	423
4.12. Autoria sucessiva.....	423
4.13. Coautoria alternativa.....	423
4.14. Atuação em nome de outrem.....	423
4.15. Autoria por convicção.....	424
4.16. Autoria intelectual.....	424
5. Participação.....	425
5.1. Introdução.....	425
5.2. Formas (induzimento, instigação e auxílio).....	425
5.3. Natureza jurídica da participação.....	426
5.4. Participação de menor importância.....	428
5.5. Participação por omissão.....	428
5.6. Participação criminal mediante ações neutras.....	429
5.7. Participação de participação (participação em cadeia ou participação mediata).....	429
5.8. Participação sucessiva e “alias facturus”.....	430
5.9. Participação negativa (conivência).....	430
5.10. Participação em ação alheia.....	430
6. Cooperação dolosamente distinta.....	431
7. Comunicabilidade de elementares e circunstâncias.....	433
7.1. Elementares e circunstâncias.....	433
7.2. Natureza das elementares e circunstâncias.....	433
7.3. Da (in)comunicabilidade das elementares e circunstâncias.....	434
8. Casos de impunibilidade.....	435
8.1. Não execução do crime.....	435
8.2. Desistência voluntária ou arrependimento eficaz do autor.....	436
9. Questões complementares.....	436
9.1. Concurso de pessoas em crime omissivo próprio (puro).....	436
9.2. Concurso de pessoas em crime omissivo impróprio.....	437
9.3. Concurso de pessoas em crime culposos.....	438
9.4. Autoria colateral em crimes culposos.....	439
9.5. Concurso de pessoas em crimes próprios e de mão própria.....	440

9.6. Agravantes no caso de concurso de pessoas	441
9.7. Concurso de pessoas e infanticídio.....	441

Parte V

SANÇÃO PENAL

Capítulo I ► INTRODUÇÃO.....	445
1. Conceito	445
2. Finalidades da pena.....	446
2.1. Teorias absolutas (retributivas).....	446
2.2. Teorias relativas (preventivas ou utilitárias)	446
2.2.1. Prevenção geral (negativa e positiva).....	446
2.2.2. Prevenção Especial (positiva e negativa)	447
2.3. Teorias unificadoras, unitárias, ecléticas ou mistas.....	447
3. Princípios fundamentais	449
3.1. Princípio da legalidade estrita ou da reserva legal	449
3.2. Princípio da anterioridade da lei	449
3.3. Princípio da aplicação da lei mais favorável	449
3.4. Princípio da individualização da pena	449
3.5. Princípio da humanidade.....	450
3.6. Princípio da pessoalidade, personalidade ou intranscendência da pena .	451
3.7. Princípio da suficiência da pena	451
3.8. Princípio da proporcionalidade da pena	451
3.9. Princípio da necessidade concreta de pena e princípio da irrelevância penal do fato	452
4. Classificação das penas.....	453
Capítulo II ► PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	455
1. Espécies	455
2. Regimes de cumprimento da pena	456
2.1. Espécies de regime	456
2.2. Regime disciplinar diferenciado	457
2.2.1. Características	457
2.2.2. Hipóteses de cabimento.....	458
2.2.3. Isolamento preventivo	458
2.2.4. Legitimidade do pedido e competência para aplicação.....	459
2.2.5. (In)constitucionalidade do RDD.....	459
2.3. Fixação do regime inicial	460
2.4. Regime inicial na legislação especial.....	466
2.4.1. Crimes hediondos e equiparados.....	466
2.4.2. Organização Criminosa	467
2.5. Direito de cumprir a pena no estabelecimento penal adequado	468
2.6. Estabelecimento penal federal de segurança máxima	470
3. Progressão de regime	471

3.1. Regra geral	472
3.2. Legislação especial.....	476
3.2.1. Crime hediondo.....	476
3.2.2. Organização criminosa.....	480
3.3. Progressão especial.....	480
3.4. Falta grave e progressão.....	481
3.5. Regressão.....	484
3.6. Nova condenação e progressão.....	484
4. Regras dos regimes.....	485
4.1. Regras do regime fechado (CP, art. 34).....	485
4.2. Regras do regime semiaberto (CP, art. 35).....	485
4.3. Regras do regime aberto (CP, art. 36).....	487
4.4. Regime especial para mulher (CP, art. 37).....	488
4.5. Direitos do preso.....	489
4.6. Trabalho do preso.....	489
4.7. Superveniência de doença mental.....	490
5. Remição.....	490
5.1. Conceito e regras gerais.....	490
5.2. Regime aberto, livramento condicional e preso provisório.....	494
5.3. Competência.....	494
5.4. Remição e falta grave.....	494
6. Detração.....	496
6.1. Regra geral.....	496
6.2. Detração paralela e princípio da conta corrente.....	496
6.3. Penas restritivas de direito ou de multa e detração.....	497
6.4. Detração e prescrição.....	497
6.5. Detração e medidas socioeducativas.....	497
6.6. Liberdade provisória, medidas cautelares e detração.....	498
6.7. Detração e regime inicial.....	499
Capítulo III ► APLICAÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE.....	501
1. Pena-base (1ª fase).....	502
1.1. Regras gerais das circunstâncias judiciais.....	503
1.2. Circunstâncias judiciais.....	507
1.2.1. Culpabilidade.....	507
1.2.2. Antecedentes.....	509
1.2.3. Conduta social.....	515
1.2.4. Personalidade.....	516
1.2.5. Motivos.....	517
1.2.6. Circunstâncias do crime.....	518
1.2.7. Consequências do crime.....	518
1.2.8. Comportamento da vítima.....	520

2. Circunstâncias atenuantes e agravantes (2ª fase).....	521
2.1. Introdução.....	521
2.2. Concurso de agravantes e atenuantes.....	523
2.3. Circunstâncias agravantes.....	524
2.3.1. Rol do art. 61 do Código Penal.....	524
2.3.2. Agravantes no concurso de pessoas.....	529
2.3.3. Questões pontuais.....	530
2.3.4. Reincidência.....	532
2.3.4.1. Conceito.....	532
2.3.4.2. Espécies.....	533
2.3.4.3. Efeitos da reincidência.....	533
2.3.4.4. Sistema da temporariedade.....	534
2.3.4.5. Reincidência do Código Penal e da Lei das Contravenções Penais.....	537
2.3.4.6. Questões pontuais.....	537
2.4. Circunstâncias atenuantes.....	545
2.4.1. Rol das atenuantes (art. 65 do CP).....	545
2.4.2. Atenuante inominada (art. 66 do CP).....	552
3. Causas de aumento e de diminuição (3ª fase).....	553
Capítulo IV ► PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS.....	559
1. Introdução.....	559
1.1. Espécies.....	559
1.2. Natureza jurídica.....	560
1.3. Classificação.....	560
1.4. Duração.....	561
1.5. Penas restritivas de direitos e suspensão dos direitos políticos.....	561
2. Regras para a aplicação.....	561
2.1. Requisitos para a substituição.....	561
2.2. Questões pontuais.....	564
2.3. Formas ou critérios de aplicação.....	567
3. Conversão (art. 44, § § 4º e 5º).....	569
3.1. Descumprimento injustificado da restrição imposta.....	569
3.2. Nova condenação.....	570
3.3. Questões pontuais.....	570
4. Penas restritivas de direitos em espécie.....	570
4.1. Prestação pecuniária (art. 45, § 1º).....	570
4.2. Perda de bens e valores (art. 45, § 3º).....	572
4.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas (art. 46)....	573
4.4. Interdição temporária de direitos (CP, art. 47).....	573
4.5. Limitação de fim de semana (art. 48).....	574

Capítulo V ▶ PENA DE MULTA.....	577
1. Conceito	577
2. Cominação	578
3. Cumulação de multas	578
4. Legitimidade ativa da execução da multa	578
5. Conversão da multa em detenção.....	580
6. Fases da fixação da pena de multa	581
7. Extinção da punibilidade.....	583
Capítulo VI ▶ CONCURSO DE CRIMES	587
1. Conceito	587
2. Sistemas de aplicação da pena	587
3. Concurso material (ou real).....	588
3.1. Conceito.....	588
3.2. Espécies.....	589
3.3. Aplicação das penas	589
4. Concurso formal (ou ideal)	590
4.1. Conceito.....	590
4.2. Concurso formal perfeito ou próprio.....	590
4.2.1. Conceito	590
4.2.2. Aplicação das penas.....	592
4.2.3. Concurso material benéfico	594
4.3. Concurso formal imperfeito ou impróprio	594
4.3.1. Conceito	594
4.3.2. Aplicação das penas.....	598
5. Crime continuado	599
5.1. Conceito.....	599
5.2. Requisitos.....	600
5.3. Teorias.....	602
5.3.1. Teoria puramente objetiva.....	602
5.3.2. Teoria objetivo-subjetiva ou mista.....	602
5.4. Natureza jurídica	604
5.5. Espécies.....	604
5.6. Aplicação das penas (regra geral)	605
5.7. Aplicação das penas (questões pontuais)	608
6. Pontos relevantes sobre o concurso de crimes	609
7. Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	612
7.1. Conceito.....	612
7.2. Espécies.....	612
8. Resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>delicti</i>)	616
9. Limites das penas privativas de liberdade	617
9.1. Tempo máximo de cumprimento	617
9.2. Nova condenação.....	617
9.3. Regra sobre os benefícios	618

Capítulo VII ► SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	621
1. Introdução.....	621
2. Sistemas	622
2.1. Sistema franco-belga (europeu continental).....	622
2.2. Sistema anglo-americano (<i>probation system</i>).....	622
2.3. Sistema do <i>probation of first offenders act</i>	622
3. Requisitos.....	622
3.1. Requisitos objetivos.....	622
3.2. Requisitos subjetivos	623
4. Espécies	623
5. Condições.....	624
6. Período de prova	624
7. Revogação.....	625
7.1. Revogação obrigatória (art. 81, I a III).....	625
7.2. Revogação facultativa (art. 81, § 1º).....	626
8. Cassação	626
9. Prorrogação do período de prova.....	626
10. Extinção da pena	627
11. Questões específicas	627
Capítulo VIII ► LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	631
1. Conceito	631
2. Requisitos.....	631
2.1. Requisitos objetivos.....	631
2.2. Requisitos subjetivos	633
3. Procedimento.....	637
4. Condições.....	637
5. Revogação e seus efeitos.....	638
5.1. Revogação obrigatória	638
5.2. Revogação facultativa	639
6. Prorrogação / suspensão / extinção	639
7. Quadro para fixação.....	641
Capítulo IX ► EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	643
1. Efeitos principais	643
2. Efeitos secundários.....	643
2.1. Efeitos secundários de natureza penal.....	643
2.2. Efeitos secundários de natureza extrapenal	644
2.2.1. Genéricos (aplicação automática).....	644
2.2.2. Confisco alargado (CP, art. 91-A)	647
2.2.3. Específicos (CP, art. 92).....	649
2.3. Suspensão dos direitos políticos.....	653
2.4. Outros efeitos secundários de natureza extrapenal.....	655

Capítulo X ► REABILITAÇÃO	659
1. Finalidade	659
2. Requisitos (CP, art. 94) e processamento.....	659
Capítulo XI ► MEDIDAS DE SEGURANÇA	663
1. Introdução.....	663
2. Espécies de medidas de segurança.....	663
3. Imposição da medida de segurança.....	665
3.1. Inimputável (art. 26, caput).....	665
3.2. Semi-imputável (art. 26, parágrafo único)	666
3.3. Superveniência de doença mental.....	666
4. Período da medida de segurança (CP, art. 97).....	667
4.1. Prazo mínimo	667
4.2. Prazo máximo.....	667
4.3. Desinternação ou liberação.....	668

Parte VI

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

Capítulo I ► CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE.....	673
1. Introdução.....	673
2. Morte do agente.....	675
3. Anistia	676
4. Graça e indulto	677
5. <i>Abolitio criminis</i>	680
6. Decadência.....	681
7. Perempção.....	682
8. Renúncia	683
9. Perdão aceito ou perdão do ofendido.....	683
10. Retratação.....	685
11. Perdão judicial.....	685
Capítulo II ► PRESCRIÇÃO.....	689
1. Introdução.....	689
1.1. Conceito.....	689
1.2. Fundamentos.....	689
1.3. Natureza jurídica	689
1.4. Imprescritibilidade	689
1.4.1. Hipóteses constitucionais.....	689
1.4.2. Tortura	691
2. Espécies de prescrição.....	691
3. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita.....	692
3.1. Sistemática	692
3.2. Regras para o cálculo do prazo prescricional	694

3.3. Termo inicial da prescrição antes de transitar em julgado a sentença final.....	696
3.4. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	699
3.4.1. Recebimento da denúncia ou da queixa	700
3.4.1.1. Disposições gerais.....	700
3.4.1.2. Recebimento da denúncia nos termos da Lei 11.719/08	701
3.4.1.3. Recebimento do aditamento à denúncia	701
3.4.1.4. Denúncia anulada e o seu recebimento.....	703
3.4.2. Pronúncia.....	704
3.4.3. Decisão confirmatória da pronúncia.....	705
3.4.4. Publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis	705
3.4.4.1. Data da publicação.....	705
3.4.4.2. Sentença que aplica medida de segurança.....	706
3.4.4.3. Acórdão que confirma a sentença condenatória	706
3.4.4.4. Nulidade da sentença condenatória.....	708
3.5. Comunicabilidade das causas interruptivas.....	708
3.6. Causas suspensivas da prescrição da pretensão punitiva.....	710
3.7. Prescrição do crime pressuposto	712
4. Prescrição superveniente ou intercorrente ou subsequente (espécie de PPP) ..	713
5. Prescrição retroativa (espécie de PPP).....	714
6. Prescrição da pretensão executória (PPE).....	718
6.1. Introdução	718
6.2. Termo inicial e causas interruptivas da prescrição da pretensão executória	719
6.3. Reincidência como causa interruptiva.....	724
6.4. Causa suspensiva da prescrição da pretensão executória	725
7. Redução dos prazos prescricionais	726
8. Prescrição da medida de segurança e da medida socioeducativa	728
9. Prescrição antecipada	730
10. Prescrição: penas restritivas e pena de multa.....	732
BIBLIOGRAFIA.....	735